



CÂMARA MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ-SP

Rua Alcides Silveira, nº 1.000, Vila Nova, fone (18) 3279-1702

CEP nº 19.572-026 – Regente Feijó – Estado de São Paulo

cm@camararegente-feijo.sp.gov.br

www.camararegente-feijo.sp.gov.br

“A Cidade do Poeta”

Requerimento 011-2026

Data: 06/03/2026

EMENTA: Em referência ao documento enviado pelo Ministério Público pedimos esclarecimentos a respeito dos itens doados pela Receita Federal. E porque os mesmos estavam em um banheiro no gabinete. Os itens foram registrados como patrimônio do município. Quais as providências que o município está tomando?

REQUER, nos termos regimentais, após ouvido o Plenário, seja encaminhado **ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Regente Feijó**, para que, por meio do setor competente, **preste esclarecimentos a esta Casa de Leis acerca dos itens doados pela Receita Federal do Brasil ao Município**, conforme mencionado em documento encaminhado pelo **Ministério Público**, especialmente quanto aos seguintes pontos:

1. Quais **itens foram efetivamente doados pela Receita Federal do Brasil ao Município**, conforme mencionado no referido documento do **Ministério Público**?
2. Os **referidos itens foram devidamente registrados como patrimônio público do Município**? Em caso positivo, solicita-se que seja informado **em qual setor ou unidade administrativa se encontram atualmente vinculados**, bem como cópia ou relação do respectivo registro patrimonial.
3. **Por qual motivo os referidos itens estavam armazenados em um banheiro localizado em gabinete da municipalidade**, conforme mencionado no documento recebido?
4. **Quais providências administrativas o Município já adotou ou pretende adotar** em relação à guarda, destinação e regularização desses bens?

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo obter esclarecimentos acerca de situação apontada em documento encaminhado pelo **Ministério Público**, referente a **bens doados pela Receita Federal do Brasil ao Município**, especialmente quanto à forma de armazenamento, registro patrimonial e destinação desses itens.

Considerando tratar-se de bens públicos, torna-se indispensável que haja **controle patrimonial adequado, correta destinação e transparência quanto à guarda e utilização**, de modo a assegurar a observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública.

Assim, as informações solicitadas permitirão que esta Casa de Leis exerça plenamente sua **função fiscalizadora**, prestando os devidos esclarecimentos à população.

AUTORIA:

Angela Maria Perazollo Palopoli

Não há outros autores para este documento.